

## Sumário

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>3</b>
<b>Artigos Jornalísticos</b>	
<b>Sobre a bolha imobiliária do Brasil</b> (Por <i>Águida Cristina Santos Almeida</i> ) .....	<b>4</b>
<b>Pré-sal: passaporte para o futuro?</b> (Por <i>Larissa Daiana de Macêdo</i> ).....	<b>5</b>
<b>PERCEÇÃO DE ALGUNS ASPECTOS QUANTO AS DISPARIDADES DA REGIÃO NORDESTE</b> (POR <i>ERIKA DE FRANÇA PAASHAUS</i> ).....	<b>7</b>
<b>A CRISE E OS LIMITES À EXPANSÃO DO CAPITAL</b> (POR <i>ÁGUIDA CRISTINA SANTOS ALMEIDA</i> ) .....	<b>8</b>
<b>DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É POSSÍVEL?</b> (POR <i>ALINE AMARAL LEAL</i> ) .....	<b>10</b>
<b>A CHINA E SEUS PARADOXOS</b> (POR <i>THAYSE ANDREZZA OLIVEIRA</i> ) .....	<b>11</b>
<b>A ECONOMIA MUNDIAL COM UM SÓ MOTOR?</b> (POR <i>MÁRCIA DE LIMA PEREIRA</i> ).....	<b>12</b>
<b>RECESSO BRANCO DURANTE A COPA E ESQUECIMENTO</b> (POR <i>ELI MAMEDE DA SILVA</i> ) .....	<b>13</b>
<b>ATÉ QUANDO AS PERDAS SERÃO SOCIALIZADAS E OS GANHOS CONCENTRADOS?</b> (POR <i>ÁGUIDA CRISTINA SANTOS ALMEIDA</i> ).....	<b>14</b>
<b>CONSTRUÇÃO CIVIL: BENEFÍCIOS SOCIAIS E ECONÔMICOS NO BRASIL.</b> (POR <i>ELISAMA LIMA</i> ) .....	<b>15</b>
<b>OS ENTRAVES DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO</b> (POR <i>JOÃO MARINHO NETO</i> ).....	<b>17</b>
<b>SORRIA: É ELEIÇÃO NO BRASIL...</b> (POR <i>ELIANE DA SILVA GOMES</i> ) .....	<b>18</b>
<b>A VERDADEIRA FACE DO "PODER"</b> (POR <i>WILKENS SANTOS CARNEIRO</i> ) ....	<b>19</b>
<b>QUE CLASSE MÉDIA É ESSA?</b> (POR <i>MÁRCIA DE LIMA PEREIRA</i> ).....	<b>20</b>
<b>CHINA E SUAS DUAS VERTENTES: ECONÔMICAS E SOCIAIS</b> (POR <i>RITA DE CÁSSIA DE VASCONCELOS PEDROSA</i> ).....	<b>22</b>
<b>DESINDUSTRIALIZAÇÃO: EXISTE OU NÃO ESSE PROCESSO NO BRASIL?</b> (POR <i>ELIANE DA SILVA GOMES</i> ) .....	<b>23</b>

## APRESENTAÇÃO

A pouco mais de um ano e meio o Grupo de Acompanhamento e Avaliação da Conjuntura Econômica – GAACE iniciou suas atividades, contando com a colaboração do PET-Economia da UFCG, dos alunos de Graduação e das Professoras Águida Cristina Santos Almeida (UAEcon), Márcia de Lima Pereira (UAEcon) e Gelfa de Maria Costa Aguiar (UAEcon/ Tutora do Pet-Economia). Em novembro do ano passado (2009), em evento do PET, o grupo lançou a primeira edição da revista Coletânea: Lendo a Conjuntura, contendo artigos jornalísticos. Os artigos publicados na coletânea resultaram das análises feitas nas reuniões semanais do grupo, a partir dos jornais Valor Econômico e Folha de São Paulo e foram resultado do esforço dos alunos e professoras antes mencionadas.

A experiência demonstrou-se tão exitosa que passou a fazer parte do planejamento anual do PET-Economia para o ano de 2010, que incluiu além das atividades semanais e a publicação dos resultados na revista já referida, a promoção de um evento acadêmico para o segundo semestre de 2010.

Sendo assim, lança-se a 2ª edição da revista Coletânea: Lendo a Conjuntura, numa ocasião muito especial para aqueles que integram o GAACE. O lançamento ocorre no **I Conjuntura em Debate**, intitulado “*Conjuntura Nacional e Internacional: Panorama e Tendências*”. Isto denota que aos poucos o grupo cresce e amplia suas responsabilidades.

Na verdade, a revista e o evento representam os frutos colhidos até agora com o trabalho daqueles que o integram. O objetivo de ambos constitui-se na disseminação do conhecimento adquirido pelo grupo a fim de ampliar seu público discente e docente.

Para o próximo ano o grupo planeja manter as atuais atividades e agregar outras novas. Para tanto se faz necessário a inserção de outros professores da UAECOM. As análises do grupo centram-se em questões da conjuntura de curtíssimo prazo.

Planeja-se ainda para o próximo ano criar vários subgrupos para acompanhar o comportamento periódico de variáveis econômicas relevantes da economia brasileira bem como certos elementos da conjuntura nacional e internacional que sejam determinantes à compreensão da dinâmica capitalista na fase atual.

Assim, é com grande alegria que os alunos e professoras que formam o GAACE apresentam a 2ª edição da revista “Coletânea: Lendo e Conjuntura” no seu primeiro evento e convida a todos aqueles que se interessarem pela discussão, acompanhamento e análise da conjuntura econômica a fazerem parte desta equipe.

## Sobre a bolha imobiliária do Brasil

*Águida Cristina Santos Almeida<sup>1</sup>*

Há muitos dias tenho questionado porque se insiste tanto em negar que no Brasil há uma bolha imobiliária. É recorrente se encontrar nos jornais, analistas afirmando com base em argumentos não muito convincentes que o Brasil está distante de uma bolha no mercado imobiliário. Confesso que a postura dos formadores de opinião no tocante a este assunto me deixou em alerta: por qual motivo é tão importante negar o que as evidências mostram tão claramente?

Uma breve análise nos dados deixa patente que o Brasil de fato possui uma bolha especulativa no mercado de imóveis. Os preços dos imóveis e de todos os insumos da construção civil vêm sofrendo altas consecutivas. O país já tem importado cimento do Vietnã para atender a demanda em constante alta. Outro indicador que merece destaque consiste na contratação de trabalhadores da construção civil. Atualmente, este setor é que o mais contribui na geração de empregos no país. Já se fala em falta de mão-de-obra para determinadas funções ligadas à construção civil.

O programa Minha Casa, Minha Vida e a ampliação dos financiamentos pela Caixa Econômica Federal ampliaram a euforia da construção civil. Além disto, a expectativa das obras para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, deu novo impulso ao surto especulativo que tem tomado conta do país há algum tempo.

Não é nenhuma novidade os imóveis serem alvo de especulação. Os Estados Unidos, mais de uma vez, o Japão, países da Europa etc., já vivenciaram movimentos como estes. A história tem o seguinte roteiro: um fator qualquer aquece o setor de construção civil, este aquecimento por sua vez, figura como uma oportunidade de ganhos, suscitando assim um movimento especulativo. A especulação, por seu turno, retroalimenta o dinamismo da construção civil e, este último retroalimenta a especulação. Ou seja, cria-se um círculo virtuoso, que parece não ter fim. Contudo, em algum momento ocorre a reversão do ciclo, pondo fim ao dinamismo da construção civil e, conseqüentemente à especulação. E, da mesma forma de antes, um efeito retroalimenta o outro, só que em sentido inverso, levando a economia para o buraco.

Bom, mas voltando a questão inicial, o enigma foi desvendado. A necessidade de negar o surto especulativo que assola os imóveis brasileiros, esconde a tentativa de replicar o esquema norte-americano ao Brasil. Os fundos imobiliários têm recebido uma avalanche de recursos e despertado a atenção de investidores externos e dos maiores bancos nacionais. Em apenas uma semana o BTG Pactual entrou com pedido de análise na Comissão de Valores Mobiliários para quatro fundos de R\$ 1 bilhão cada um. O referido banco já possui uma carteira de R\$ 5 bilhões em análise desde junho. Tal quantia é praticamente igual ao patrimônio em fundos que o banco possui. Em fase de registro ou captação há cerca de R\$ 9 bilhões, ante R\$ 3,44 bilhões do ano passado.

Há uma série de outras instituições buscando garantir sua participação, colocando operações no mercado. Conforme Alexandre Assolini, do PMK Advogados,

---

<sup>1</sup> aguidacristina@hotmail.com - Professora da Unidade Acadêmica de Economia – UAECON da UFCG e Coordenadora do GAACE.

seu escritório trabalha na elaboração de 31 fundos para o setor imobiliário, além dos 9 em estruturação, com volume total de R\$ 2 bilhões, para lançamento ainda em 2010.

Os investidores estrangeiros também têm marcado presença. De acordo com Marcelo Pereira, sócio da TAG Investimentos, “tem muito banco americano comprando terrenos diretamente, estruturando operações para que sua área de *private banking* lá fora ofereça aos clientes, ou entrando via fundo imobiliário”.

No ano passado o Bradesco voltou ao mercado juntamente com o BB Investimentos e o Santander. A Caixa Econômica Federal retomou operações e o Citibank ingressou no segmento. Este ano o Itaú, Morgan Stanley, Fator e outros gestores menores também ingressaram neste mercado. Segundo o economista-chefe da LLA Investimentos, Sérgio Manoel Correia, que lida especialmente com pessoas físicas, “o que não falta é ativo”. Ele completa “a cada dia a pessoa física responde por uma parcela maior das colocações de fundos e a restrição de liquidez e o prazo têm sido menos importantes para esse investidor”.

Está patente que o capital nacional e estrangeiro detectaram no mercado imobiliário brasileiro uma oportunidade de ganhar dinheiro, sobretudo na atual fase com os mercados imobiliários e financeiros das maiores economias do mundo em crise. Sem dúvida alguma “afrouxando demais a corda” daqui a alguns anos o Brasil passará pela mesma catástrofe que a economia mundial está passando agora.

### **Pré-sal: passaporte para o futuro?**

*Larissa Daiana de Macêdo<sup>1</sup>*

Desde seu anúncio em 2007, o pré-sal passou a ser um dos principais pontos de discussão na mídia e principalmente entre as esferas do governo. Trata-se da descoberta de uma grande jazida de petróleo encontrada na costa brasileira abrangendo a área que vai do Espírito Santo até a bacia de Santos. De acordo com as presentes pesquisas, a camada que se encontra abaixo de 7 mil metros da água e que ainda atravessa uma camada de sal tem capacidade para dobrar a produção de petróleo atual do país, colocado-o entre os principais produtores mundiais.

No que concerne a produção de tal insumo, faz-se necessário grandes investimentos, todavia, há vários desafios a serem superados para que se alcance a extração tão almejada. Inicialmente é necessário desenvolver tecnologia para que se atinja a jazida, uma vez que nenhuma companhia no mundo extrai petróleo a essa profundidade, sendo necessário também um cuidado maior com os equipamentos que serão utilizados na extração. Outro desafio diz respeito à logística, tendo em vista a distância entre o campo produtor e a costa, sem mencionar o crescimento da produção de fontes alternativas como o etanol e o biodiesel, outra produção que o Brasil só não lidera mundialmente o mercado devido aos subsídios dados pelo governo americano aos produtores de milho.

---

<sup>1</sup> larissapet@gmail.com - Aluna do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande e integrante do Programa de Educação Tutorial – PET-Economia/UFCG e do GAACE.

Esta crescente busca por uma produção sustentável aumenta os riscos de investimentos no pré-sal, fato que analistas consideram alarmante e de maneira análoga analisam: “a idade da pedra não acabou por falta de pedra”, ou seja, o surgimento de novas tecnologias poderá reduzir o consumo do petróleo.

Sem dúvidas, a exploração no pré-sal pode vir a ser uma boa oportunidade para o Brasil desenvolver políticas econômicas que propiciem a redução das desigualdades regionais e sociais. Em pronunciamento no dia 7 de setembro de 2007 o presidente Lula afirmou: “O pré-sal é um importante passaporte para o futuro. Sua principal destinação deve ser a educação das novas gerações e o combate a pobreza”. Para tanto será necessário uma reforma na legislação de Exploração e Produção (E&P) vigente no país, leia-se a principal discussão na atualidade.

Desde a abertura econômica e financeira ocorrida no país nos anos 90, marcada por privatizações de indústrias e da infra-estrutura, houve uma mudança no que concerne a participação do Estado no processo, visto que até então, este assumia o papel de financiador e produtor de áreas relevantes como aço e energia, e passou a atuar apenas como regulador do mercado. De acordo com a Constituição Brasileira a União é proprietária de todos dos recursos naturais pertencentes em seu território, logo, ela tem direito a usufruir das rendas geradas com sua exploração; e a partir da abertura vivenciada e a instituição da Lei do Petróleo em 1997, o mecanismo encontrado pelo governo para recuperar os recursos foi estabelecer um determinado contrato que passaria a reger as relações entre empresas de E&P e o governo. Atualmente o modelo de exploração vigente no país é o de Concessão que apresenta os royalties sobre a receita bruta, impostos, participações especiais e os bônus por assinatura como instrumentos utilizados para a recuperação dos recursos, ampliando desta forma, significativamente os recursos.

O pré-sal corresponde a um recurso nacional e, portanto, deve ser usado para reduzir as desigualdades regionais. Entretanto, para que se atinja uma redução da desigualdade, é necessário que ocorra uma mudança na distribuição dos royalties que atualmente contempla apenas 800 municípios dentre os aproximadamente 5000 existentes no país, é essencial, portanto, uma repartição mais igualitária desse montante. Tal distribuição deve ser acompanhada também por uma maior fiscalização no que se refere à utilização deste recurso, uma vez que não existe um planejamento direto para esse montante (sendo muitas vezes utilizados para outros fins que não seja uma melhor qualidade de vida da população), como mostra estudos realizados, que municípios contemplados com os royalties apresentaram taxas médias de crescimento inferior aos do que não são recompensados.

O grande debate da atualidade tem como cerne quem ganha e quem perde com a proposta de uma distribuição mais equitativa dos royalties. É importante ressaltar que o presente momento antecede um pleito, no qual todos os candidatos estão dispostos a apresentar a melhor proposta diante da sociedade. Todavia, este debate não deveria girar em torno de quem vai ficar com o que, e sim analisar os benefícios que este recurso pode trazer para o Brasil de forma a apresentar projetos que possam apoiar o desenvolvimento de tecnologias realizadas por instituições nacionais, além de uma política industrial que envolva diversos segmentos econômicos, contemplando todas as regiões do país, atingindo desta forma um crescimento atrelado a uma melhor distribuição, futuro bem promissor para o país.

## Percepção de alguns Aspectos quanto as Disparidades da Região Nordeste

*Erika de França Paashaus*<sup>1</sup>

A história do nosso país, contadas nos livros, começa pela região Nordeste, pois foi por ela que os colonizadores portugueses chegaram a ele e fizeram com que a região, por durante dois séculos, fosse a base de sustentação da formação econômica nacional baseada no plantio da cana-de-açúcar dando origem, dentre vários aspectos, ao processo de concentração da propriedade fundiária, que perdura até hoje em algumas áreas na Zona da Mata Nordestina, assim como também promoção de um processo de centralização de capitais. Nesse período, a região apresentava-se exitosa e com uma economia dinâmica, porém socialmente fraturada diante das condições com que ocorria a austeridade econômica.

Essa estrutura entra em crise e dá-se início migração para o interior pecuário, em que a atividade de subsistência era uma opção para o excedente populacional que se encontrava ocioso. Porém, de acordo com as palavras de Celso Furtado, esse seria o começo de um *“lento processo de atrofiamento do Nordeste”* tratado como um caso de *“involução econômica”* afastando o Nordeste da dinâmica que se instalou em outras regiões do país. A exemplo, o Centro-Sul do Brasil que passou a se consolidar como centro dinâmico da economia mediante a cultura do café tornando-se o principal produto da pauta de exportação do país. Com isso, mais uma vez nos vimos dependentes do mercado externo.

Contudo, ao longo do século XX, diante das guerras e da Crise de 1929, percebe-se a necessidade de substituir as bases de uma agricultura exportadora por uma estratégia de desenvolvimento. Neste contexto, surge a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) com a finalidade de detectar os obstáculos do desenvolvimento econômico onde este, consoante esses estudiosos, seria alcançado a partir da industrialização.

No Brasil, a idéia de montar uma estrutura industrial no país começa em 1930. Porém, o projeto de industrialização é impulsionado apenas em 1950 mediante uma grande quantidade de investimentos externos que possibilitou a formação do setor de bens de consumo duráveis. No entanto, esse padrão de industrialização pôs a margem a região Nordeste ficando concentrada no Centro-Sul, especialmente em São Paulo.

Assim, percebemos que a lei geral da evolução nas sociedades capitalistas permanecia com o seu caráter de desenvolvimento desigual. Com isso, para tentar diminuir essas disparidades foi criado, em 1958, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN - para diagnosticar e construir um plano de ação tendo como foco essa região e apresentando como proposta para o desenvolvimento desse trabalho a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

---

<sup>1</sup> erikadefranca@yahoo.com.br - Erika de França Paashaus. Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Muitas ações foram realizadas como forma de potencializar a região diante de um esforço desenvolvimentista trazendo uma ampliação e diversificação do setor industrial, entretanto a fragilidade da economia brasileira frente às crises internacionais e a necessidade de conter um processo inflacionário, que perdurou durante toda a década de 80 e início da década de 90, fizeram com que as políticas em prol da redução dos desequilíbrios entre essas regiões fossem deixadas em segundo plano.

Em 2007, ressurgiu novamente esse pensamento desenvolvimentista que é colocado em prática a partir do Programa de Aceleração do Crescimento com o intuito de “destravar” toda a economia a partir de vultosos investimentos, R\$ 503,9 bilhões, sobretudo nas áreas de infra-estrutura física (transporte e energia) e social (saneamento e habitação).

Contudo, o que percebemos novamente é a concentração desses investimentos onde grande parte dos recursos se dirigem aos estados que possuem uma estrutura mais sólida, dentre estes, estão alguns da nossa região. Enquanto outras áreas, com uma estrutura produtiva mais simples, continuam estagnadas levando-nos a concluir que as sementes das disparidades que haviam sido plantadas permanecem até hoje com a diferença de que dentro do nosso Nordeste temos, agora, vários Nordestes.

### **A crise e os limites à expansão do capital**

*Águida Cristina Santos Almeida <sup>1</sup>*

Os Estados Unidos planejam em cinco anos dobrar seu volume de exportações. O montante exportado em 2009 foi de US\$ 1,57 trilhão. Almeja-se alcançar a cifra de US\$ 3,14 trilhões em 2015. O relatório elaborado por técnicos e entregue ao presidente Barack Obama contém 74 páginas e destaca por diversas vezes a China e o Brasil como os principais mercados nas negociações para a abertura de mercados e nos esforços de promoção comercial. No tocante ao Brasil o relatório destacou “O Departamento de Comércio identificou os países cujo crescimento deverá aumentar substancialmente nos próximos 12 meses (Brasil, Índia e China) para direcionar a eles as suas missões comerciais. Ao se referir à China o relatório enfatiza a cotação do Yuan: “A China precisa se mover muito mais rápido para permitir que as forças de mercado corrijam a subvalorização do Yuan”.

---

<sup>1</sup>aguidacristina@hotmail.com - Professora da Unidade Acadêmica de Economia – UAECOM da UFCG e Coordenadora do GAACE.

Esta empreitada da economia norte-americana a fim de compensar a estagnação interna, proporcionando a suas empresas a abertura e ampliação de novos mercados, num contexto onde o dólar se encontra num contínuo processo de desvalorização em relação a quase todas as moedas mundiais gera uma série de implicações. A ininterrupta busca por novos mercados ou ampliação daqueles já explorados faz parte da dinâmica capitalista. Contudo, nas fases de crise tal característica cria pontos de tensão no sistema, dada a urgência de maximizar as vendas a fim de solucionar a superprodução existente (hoje visualizada, principalmente, no excesso de capacidade ociosa).

Em função disto se percebe claramente dois fortes pontos de tensão no cenário econômico mundial: um envolvendo a China e o Japão e outro envolvendo a China e os Estados Unidos. No caso da China com o Japão, o *stress* ocorre em função da compra de moeda e títulos de dívida do Japão pela China, ao provocar valorização da moeda japonesa, prejudicando suas exportações. A economia japonesa, que atravessa um longo período de estagnação e foi a que mais teve seu PIB retraído com a crise, é dependente em grande medida do comércio exterior. Assim, neste contexto uma valorização de sua moeda lhe causa profundos danos. Além disto, outras questões de menor tamanho geraram mal estar entre as duas economias do oriente, com um passado marcado por conflitos.

No caso do segundo conflito, reside a insatisfação da economia norte-americana em relação à cotação da moeda chinesa. A subvalorização do Yuan, somada a outras medidas de política (como subsídio às exportações) do Governo chinês a fim de manter seu ritmo de exportações fez aumentar espantosamente o sentimento “anti-China” nos Estados Unidos. O secretário do Tesouro norte-americano, Timothy Geithner, pediu mudanças na política cambial chinesa e enfatizou que o descontentamento com a economia asiática é unânime, ou seja, envolve democratas e republicanos. Os Estados Unidos estão ameaçando elevar as tarifas que o país pode impor em retaliação a produtos subsidiados ou em levar o caso à OMC.

Vê-se claramente a tensão por busca de espaço econômico. Isto é comum; diferente é a forma que assume desta vez. Agora, uma das peças principais deste jogo é a economia da China, que de socialista passou à economia de mercado em tempo recorde, ocupando hoje o posto de 2ª maior economia do mundo. Sem dúvida, a rapidez com a qual a China salta de posição na escalada do PIB causa medo e tensão política e econômica no globo e, principalmente entre aquelas que são as maiores economias, justamente os Estados Unidos e o Japão, que acabou de perder para a China o posto de vice-líder em tamanho de PIB.

A estratégia dos Estados Unidos também trará sérias implicações ao Brasil, que já vêm sofrendo com a cotação do câmbio, sendo o real a moeda que mais se valoriza frente ao dólar. A estratégia dos Estados Unidos de ampliarem suas exportações tendo o Brasil como um dos principais mercados a explorar, deve preocupar (ou pelo menos deveria) o governo brasileiro, tendo em vista a ampliação do risco de destituição da indústria nacional. O economista David Kupfer vem demonstrando a destruição de uma série de cadeias produtivas e a volta à especialização em produtos primários na pauta de exportações brasileiras. Os dados da Zona Franca de Manaus também deixam claros a crise pela qual a indústria brasileira vem passando, já que mais de 80% do que é produzido neste pólo tem sido absorvido no mercado interno. Ou seja, passado o dinamismo interno, a indústria nacional entrará numa grave crise.

A pressão da oferta sobre a demanda é uma constante no modo capitalista de produção. Isto ocorre pelo fato das forças que as movem provocarem efeitos exatamente contrários sobre ambas: ou seja, as mesmas forças que ampliam constantemente a

oferta, reduzem constantemente a demanda. Num contexto de expansão este paradoxo parece não existir; porém na fase de crise ele fica claro e o mundo parece pequeno.

### **Desenvolvimento sustentável é possível?**

*Aline Amaral Leal<sup>1</sup>*

Preocupações com o processo de desenvolvimento e a degradação do meio ambiente sempre existiram ao longo da história da humanidade. Apesar dos recursos naturais terem sido considerados infinitos por grande parte dos "propulsores do desenvolvimento", vários pensadores perceberam o conflito entre progresso e meio ambiente. Este conflito tem tomado proporções alarmantes no cenário atual, desmistificando, definitivamente, a hipótese dos recursos naturais serem infinitos e gerando preocupação acerca da utilização dos mesmos. Ficando evidente a necessidade que haja uma combinação suportável entre recursos naturais e desenvolvimento para realização do processo econômico.

Com base na recente definição de desenvolvimento, como aquele que enfoca indicadores sociais, culturais e ambientais e não, somente, o crescimento econômico como seu determinante; emerge o conceito desenvolvimento sustentável como aquele que busca atender às necessidades da geração do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades (CMMAD, 1991).

Todavia, a prática desse estilo de desenvolvimento tem sido bastante questionada, uma vez que seus princípios põem em cheque o ritmo de acumulação de capital. É controverso pensar em desenvolvimento e sustentabilidade de forma simultânea. Embora o conceito de desenvolvimento tenha sido aprimorado, na prática não percebemos tal aprimoramento. O nível de acumulação de riqueza aumenta diariamente em detrimento do número de miseráveis em todo o mundo; os EUA, a grande potência econômica, não diminui os níveis de emissões de gases que agravam o efeito estufa em nome da sustentabilidade, uma vez que esta atitude geraria como consequência a redução do ritmo de produção. Percebemos desta forma que a busca pelo "desenvolvimento", em um sistema no qual os fins não justificam os meios, tem como preço a formação de favelas nos grandes centros urbanos, a escassez de água em algumas regiões, a diminuição do número de habitats causando a extinção de varias espécies entre outros.

Apreendemos que o desenvolvimento praticado no sistema vigente torna impossível a prática da sustentabilidade, partindo do pressuposto que tem como consequência a diminuição do ritmo de produtividade e conseqüentemente da lucratividade, lucratividade esta que é o objetivo primordial no capitalismo.

---

<sup>1</sup>alinea10@hotmail.com – Aluna de Graduação em Economia pela UFCG e integrante o Pet-Economia da UFCG.

## A China e seus paradoxos

*Thayse Andrezza Oliveira*<sup>1</sup>

A China, que antes era conhecida como o “gigante adormecido”, tem se destacado, nas últimas décadas, como potência econômica que mais cresce no mundo com uma taxa média de crescimento econômico de quase 10%. Em 2009, ela apresentou um PIB – Produto Interno Bruto – de 8,7%, o que corresponde a uma produção de 4,9 trilhões de dólares, de acordo com o Departamento Nacional de Estatísticas da China.

Estas cifras fazem do país a terceira maior economia do mundo o que aponta para uma relevante representatividade perante a economia mundial. Porém, a evolução das taxas de crescimento só teve início no final dos anos 70, quando Deng Xiaoping se tornou líder dessa nação em 1978 e começou a implementar políticas baseadas no sistema de mercado o que contrapunha a política adotada por Mao Zedong que fundamentava o crescimento chinês baseado nos valores do confucionismo, contrapondo-se aos valores estrangeiros, limitando as relações internacionais aos povos da mesma diáspora.

Assim, o início do programa de reformas, começou em 1979 no setor agrícola e em seguida, na década de 80, no setor industrial com a entrada de empresas privadas que possibilitou a inserção de capital e investimento estrangeiro no país. Além desses fatores, o crescimento econômico chinês também foi condicionado por outros aspectos, no qual podemos elencar: o regime cambial adotado pelo país, abertura comercial, as altas taxas de investimento em infra-estrutura e nas indústrias de tecnologia, investimento em capital humano, dentre outros.

Hoje ela aparece no cenário internacional não apenas com as suas altas taxas de crescimento econômico, como também, a partir de ações que contradizem o modelo econômico adotado. Um exemplo que temos: é a abertura da Expo 2010 Xangai China, nesse mês de maio, exposição promovida pelo governo chinês que tem como objetivo apresentar novos modelos para as cidades cujo lema é: “Better city, better life” (“Uma cidade melhor, uma vida melhor”).

Para a realização do evento, a China investiu US\$ 4 bilhões e a cerimônia de abertura teve a duração de exatamente duas horas, contando com apresentações de alguns dos nomes mais conhecidos da música clássica. O curioso é que menos de dez minutos foram destinados ao assunto principal do evento: o que fazer para evitar que o mundo continue crescendo e gerando impactos que reduzam a qualidade de vida nas cidades?

Ou seja, “o intuito” do evento era apresentar novas propostas para as cidades atingirem um “equilíbrio”, apresentando projetos urbanísticos que possam ajudar as cidades a reduzir desigualdades sem afetar o crescimento econômico. Contudo, o que se percebe é mais um dos paradoxos Chinês: Xangai, a cidade que organizou o evento, esbanja em gasto de energia, tanto que passou a ser apresentada, pelos guias da cidade, como a “Paris asiática” (uma referência à “cidade luz”).

---

<sup>1</sup> thayseandrezza@hotmail.com - Graduanda em Economia pela UFCG. Integrante do Pet-Economia e do GAACE.

Diante de toda a riqueza eles ainda não estão focados no problema das disparidades existentes no país. A zona rural de Xangai é um exemplo disso, ante os tantos resultados positivos, as crianças nessa região ainda fazem suas lições escolares a luz de velas. Será mesmo uma “Paris Asiática” para todos?

### **A economia mundial com um só motor?**

*Márcia de Lima Pereira <sup>1</sup>*

Há não muito tempo atrás a economia chinesa que já vinha ocupando posição de destaque no âmbito mundial em termos econômicos ocupava a 4ª posição. Todavia, no final do mês passado, o mundo anuncia que a China já ultrapassava o Japão, ocupando o segundo lugar no ranking das maiores economias mundiais, a partir dos resultados apresentados no primeiro trimestre deste ano.

Esta posição da economia chinesa pode ser explicada pelo desaceleramento observado na economia japonesa, cujo PIB cresceu apenas 0,1% no período relativo aos três primeiros semestres do corrente ano, correspondendo a US\$ 1,29 trilhão, fruto de uma valorização do iene que prejudicou o setor exportador e uma queda no consumo interno. Ao mesmo tempo em que isso se verifica, os chineses apresentam um vultoso PIB de US\$ 1,34 trilhão dos rivais chineses, conforme dados do "Wall Street Journal".

Entretanto, cabe destacar que apesar do fraco desempenho que tem apresentado a economia japonesa desde a década de noventa, frente ao histórico crescimento chinês que vem se situando em média em dois dígitos a vários anos, aspecto que demonstra não ser fundamentalmente uma novidade, a ascensão desta última economia ainda não é definitiva, pois estes resultados refletem apenas um semestre do ano, embora a expectativa da maior parte dos economistas e do próprio FMI seja de fato que o segundo trimestre confirme a ocupação dos chineses na segunda posição.

Sob essa perspectiva, economistas e empresas de consultoria mundiais já afirmam que o mundo está com um motor só, dado que mediante acontecimentos vivenciados nos últimos anos, sobretudo a partir da crise econômica vivenciada em 2008, tem-se verificado um baixo crescimento dos países mais avançados, exceto na China.

Alguns aspectos, além do PIB, podem confirmar essa posição da China no cenário internacional, como a liderança da China na venda de automóveis, que só no primeiro semestre desse ano cresceram 45,6% nas vendas, em relação a igual período do ano passado, seguido pelos Estados Unidos e Japão, segundo e terceiro lugar, respectivamente. Outro elemento que revela o desempenho da potência asiática está atrelada ao fato de esta vem tomando algumas medidas para que o Yuan tenha ampliada sua utilização nas trocas internacionais, mesmo ainda sem conversão, como uma forma de minorar o atrelamento da moeda chinesa à moeda americana. Cabe ainda acrescentar que, apesar dos problemas inerentes aos direitos trabalhistas na China, esta tem atraindo americanos e europeus recém-formados, demonstrando um sinal de reorientação da economia.

---

<sup>1</sup> marcialpbr@yahoo.com.br - Professora da Unidade Acadêmica de Economia – UAECOM da UFCG e integrante do GAACE.

Cabe lembrar que apesar do franco desempenho chinês existem riscos inerentes a sua economia no que se refere a formação de bolhas de ativos no mercado imobiliário, como aumento da inadimplência que vem se elevando nos últimos tempos e já vimos esse filme a um tempo atrás e os resultados não foram nada favoráveis. Além disso, as condições sociais na economia chinesa são elementos que não acompanham o desempenho econômico, pois a perspectiva é que em 2032 seja a maior economia mundial, ao passo que a expectativa é que a Economia melhore apenas 8 posições na renda per capita, deixando de ocupar a 56ª posição para a 48ª, demonstrando pouco avanço no aspecto social.

### **Recesso Branco durante a copa e esquecimento**

*Eli Mamede da Silva<sup>1</sup>*

Antes do início da copa do mundo de futebol (11 de junho de 2010) foi bem noticiado que o senado, como o congresso dos deputados queriam ter suas férias antecipadas visto que é ano eleitoral e o congresso deve ficar vazio, dessa forma eles estariam “apenas” legalizando o que já era previsto. Esse recesso iria de 10 junho a 31 de julho, dessa forma eles teriam mais de oito semanas, aproximadamente 60 dias que poderiam se ausentar sem ter a sua ausência computada, o que normal seria ir de 18 a 31 de julho. De alguma forma eles iriam “adiantar” suas atividades para assim não atrapalhar o desenrolar das obrigações parlamentares.

Quando perguntado sobre esse recesso o presidente do Senado, José Sarney disse que, “o conceito de férias se aplica de forma diferente aos parlamentares. Nós não temos férias, temos atividades legislativas e políticas durante todo ano”. E ele ainda complementou dizendo que o recesso não implica que não estão trabalhando porque a atividade legislativa é uma política permanente.

Adicionalmente, é perceptível que a Copa faz com que os políticos tenham pressa maior em aprovarem projetos e medidas já que, assim como todo brasileiro, querem estar focados nos jogos sem esboçar maiores preocupações com os efeitos que podem causar a mais longo prazo mediante votações e escolhas. Sem contar que para estes é fundamental o desvio de foco denotado pela copa que se tem em um ano de eleições no qual é de interesse que algumas questões caiam no esquecimento da população.

Neste sentido, observando o privilégio destes com relação às férias e a relativa pressa para aprovar projetos importantes e que merecem um olhar mais maduro por parte dos parlamentares e, seria interessante que a população tomasse conhecimento através da mídia desse desfocar de questões cruciais, inclusive envolvendo o ganha pão da maioria dos brasileiros, em prol do “circo” chamado copa.

Seria importante uma chamada a uma profunda reflexão sobre as atitudes destes “ditos representantes do povo”, de preferência, antes das eleições e que as questões esquecidas voltassem à tona antes que fosse “tarde demais”.

---

<sup>1</sup> elimamededasilva@gmail.com - Graduando em Economia pela UFCG e integrante do PET-ECONOMIA e do GAACE.

Deixando de lado o parlamento e indo para a “realidade”. Para o primeiro jogo do Brasil (15 de junho) em pleno dia útil (terça-feira) foi declarado ponto facultativo, (leia-se feriado) o que permitiu o país parar diante de um evento numa nítida expressão do fomento ao “circo” que o povo precisa para se manter tal qual está. É importante tentar entender até que ponto estão nos iludindo, não pela nossa seleção, mas através dela.

Desde a abertura da copa a mídia se limita a impor à sociedade notícias específica sobre os jogos, do tipo: “a escalação do time para o jogo de hoje foi anunciada, o treino da seleção foi fechado à imprensa, etc..” Até parece que o mundo gira em torno de uma bola. Dessa forma as notícias políticas e sócio-econômicas, que teriam impacto real sobre o mundo são relegadas a segundo plano pelos grandes meios de comunicação, numa atitude coerente com a ideia de que o povo precisa de “...circo...”.

### **Até quando as perdas serão socializadas e os ganhos concentrados?**

*Águida Cristina Santos Almeida<sup>1</sup>*

Mais uma vez a história se repete e a Grécia se tornou o palco para o recorrente mecanismo empregado a fim de defender a renda dos mais ricos, ameaçada diante das perdas com a crise. O filme segue o seguinte roteiro: o Estado se endivida em prol do grande capital e, depois obriga o povo a arcar com o ônus. Isto se dá via política econômica contracionista, com aumento de impostos e redução de gastos pelo Governo. Por meio deste mecanismo de ajuste, o governo executa o que se denomina de socialização das perdas.

A socialização das perdas não teria mal algum se na fase do apogeu os ganhos fossem distribuídos entre todos. Contudo, não é isto que ocorre; pelo contrário, os ganhos são repartidos entre poucos. Esta maneira de minimizar os problemas e manter o *status quo*, é mais uma das injustiças presentes no modo de produção capitalista.

Na verdade, os governos de vários países no mundo endividados para salvar os capitalistas financeiros, já haviam iniciado suas políticas de “ajuste”, porém, os indicadores recentes os obrigaram a afrouxar a política econômica para evitar que um novo colapso venha a ocorrer. É importante salientar que o revés na política econômica em momento algum tem como foco a situação da classe trabalhadora, mas, mais uma vez, a possibilidade que os lucros do capital naufraguem em função da baixa atividade econômica.

Na Grécia, o Governo elevou impostos e cortou gastos, dentre estes os salários do funcionalismo público e as aposentadorias. A ameaça de uma reforma na previdência levou mais de 11.000 professores a pedirem aposentadoria. Se isto de fato ocorrer faltará professor no próximo ano.

---

<sup>1</sup> aguidacristina@hotmail.com - Professora da Unidade Acadêmica de Economia – UAECOM da UFCG e Coordenadora do GAACE.

A possibilidade de Obama aprovar mais um pacote bilionário para o setor financeiro, avoluma o Tea Party que emerge em contraponto à postura do Governo, mas não oferece alternativa a atual situação.

No Brasil, Celso Furtado já apontava a política de valorização do café como um instrumento de socializar as perdas dos cafeicultores, únicos detentores dos ganhos. Depois, a estatização da dívida pública mais de uma vez repete o injusto mecanismo de “cobrar a conta de quem não comeu o almoço”.

A manutenção do *status quo* custa caro à grande maioria, enquanto isso a ideologia vai cumprindo de forma eficiente o seu papel.

### **Construção Civil: Benefícios Sociais e Econômicos no Brasil.**

*Elisama Lima<sup>1</sup>*

Nos últimos dez anos, é perceptível um posicionamento Estatal com fortes intervenções na Economia. Temos visto no cenário nacional a aplicação de proposições Keynesianas, um exemplo disto é o posicionamento do governo em relação ao setor de Construção Civil, setor este que tem se tornado cada vez mais relevante no quadro econômico do país. Sendo assim, as políticas de investimento estatais tem se posicionado de forma prioritária ao desenvolvimento do setor. A partir deste panorama, faz-se necessário examinar com atenção quais os motivos tem respaldo tal investimento.

A Indústria da Construção Civil é considerado um tipo de “locomotiva”, uma vez que demanda, na cadeia produtiva, inúmeros insumos e serviços produzidos no país e por isso tem um peso relevante na economia brasileira. A complexidade do setor se deve ao fato de envolver vários setores industriais como: mineração, cerâmica, metalurgia, madeira, e vários prestadores de serviços.

Trata-se de um setor integrado por uma série de atividades ligadas entre si por uma vasta diversificação de produtos, com processos tecnológicos variados, vinculando-se a diferentes tipos de demanda. Ela abriga, desde indústrias de tecnologia de ponta e capital intensivo, como cimento, siderurgia, química, até milhares de microempresas de serviços, a maior parte com baixo conteúdo tecnológico. Pode-se afirmar que uma das características marcantes do setor da Construção Civil é a sua heterogeneidade.

O Setor ocupa uma posição estratégica na geração de empregos, uma vez que a criação de um posto de trabalho na construção não requer maiores qualificações, quando comparado à criação de emprego nas indústrias mais intensivas em capital. Isto se deve ao fato de grande parte da mão-de-obra não ser especializada. Observando dados da Rais ( *Relação Anual de Informações Sociais*) o estoque de trabalhadores em atividades relacionadas ao setor tem se comportado de forma crescente. Além disso, é importante perceber a composição destes empregados. Considerando dados da Rais no ano base 2007, o percentual de pessoas empregadas na construção civil que tem grau de instrução até o ensino médio chega a 94%. Ou seja, o setor não só uma importância econômica, mas uma considerável importância social, uma vez que um relevante percentual das pessoas envolvidas no setor são de baixa escolaridade e conseqüentemente de baixa renda.

---

<sup>1</sup> elisamalyma12@hotmail.com - Graduanda do Curso de Ciências Econômicas da UFCG e integrante do Grupo de Acompanhamento e Avaliação da Conjuntura Econômica (GAACE).

Identificando a importância do setor na economia, uma das primeiras medidas do Governo brasileiro perante a crise em 2007 nos EUA e que se alastrou por todo o mundo, foi a redução de impostos para materiais do segmento, afim de manter o mercado aquecido. Entre os estímulos aos materiais de construção foram beneficiados o cimento, em que o IPI foi reduzido de 4% para 0%; o segmento de tintas e vernizes, de 5% para 0%, os revestimentos não-refratário de 10% para 2%. O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Paulo Safady Simão, que defendeu as medidas, apontando os benefícios que a iniciativa traz para a população mais pobre e os projetos sociais de habitação. “Não adianta colocar produtos que atinjam a classe A. São medidas para ajudar as camadas mais baixas e os projetos de abrangência social. Então, o desconto abrange adequadamente a maioria de produtos que precisam ser atingidos”.

Outro programa lançado ainda em 2009, como um dos objetivos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) foi o “Minha Casa Minha Vida”, que tinha como meta a construção de um milhão de casas em dois anos, priorizando famílias com renda de até 3 salários mínimos, mas que também abrange famílias com renda de até 10 salários mínimos. Este programa seria executado com parceria entre União, Estados, Municípios, empreendedores e movimentos sociais, visando diminuir o déficit habitacional do país que são quase 8 milhões de moradias, de acordo com o Ministério das Cidades.

A solução deste problema seria dada a partir da concessão de crédito ao setor imobiliário tanto para o financiamento de construções quanto para a compra. A Caixa Econômica Federal, por exemplo, passou de um empréstimo ao setor de R\$ 142,2 milhões, em 2005, para R\$ 1,79 bilhões em 2009. A expectativa do banco para 2010 é disponibilizar R\$ 70 bilhões. Conforme balanço divulgado no dia 9 de setembro pela instituição, o volume aplicado em habitação em 2010, até o dia 3 de setembro, soma R\$ 47,6 bilhões.

O Banco do Brasil também se posiciona e negocia parcerias com consultorias e imobiliárias para ampliar sua presença no crédito habitacional, porém diferentemente da Caixa Econômica Federal, sua prioridade será voltada para o mercado de imóveis para um público com maior renda. O vice-presidente de cartões e novos negócios do BB, Paulo Rogério Caffarelli, confirmou que o banco está se movimentando nesse sentido. Ele destacou ainda que, com apenas dois anos de atuação no financiamento habitacional e sem essas parcerias, o banco estatal passou o HSBC e já é o quinto maior do mercado no segmento. Agora, a meta é ultrapassar o Bradesco, que hoje ocupa a quarta colocação. Ainda segundo ele, "O BB veio para ser um grande player nesse mercado", disse o executivo, destacando que o banco conta com R\$ 7 bilhões de recursos para emprestar no crédito imobiliário. O banco já emprestou neste ano R\$ 2,1 bilhões e a projeção de Caffarelli é de que o volume concedido pelo BB atinja os R\$ 3 bilhões até o fim de 2010.

Segundo Hermes Alcântara Filho, presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis, o aumento da concessão de crédito estimulou tanto a procura quanto a oferta. *“A tendência é o aumento continuado do crédito, que vai provocar aquecimento da demanda e da oferta. Os preços, no entanto, devem continuar a subir, porque a procura ainda é maior e deve continuar assim”*.

A partir destes estímulos ao setor, há rumores de uma bolha imobiliária no país, embora muitos neguem os dados mostram que há um fomento do mercado financeiro no segmento da construção civil. É indiscutível pelos vários aspectos apresentados que o setor tem uma relevante importância econômica e social para o Brasil. Mas é necessário lembrar que tal importância, principalmente social, se dá através dos resultados proporcionados pelo setor produtivo e não pelas instituições financeiras que favorecem

a penas uma mínima parcela da população. É fundamental analisarmos com muita cautela os benefícios da construção civil, pois não podemos permitir no nosso país que o mercado financeiro reverta o foco das políticas públicas de beneficiamento de quem realmente precisa para quem não se contenta com o muito que já tem. Lembrando ainda que o objetivo central das políticas públicas de investimento no setor imobiliário e minimizar o déficit habitacional do país, que mesmo com o cumprimento da meta estipulada pelo “Minha Casa Minha Vida”, teria ainda 7 milhões de moradias a serem construídas para que este déficit fosse sanado.

### **Os Entraves do Programa de Aceleração do Crescimento**

*João Marinho Neto<sup>1</sup>*

O governo brasileiro, nos últimos tempos, tem lançado uma série de programas com o objetivo de apressar o processo de crescimento econômico do país. Muitas vezes nem sabemos da infinidade de programas que existem, porém, em 2007, um nos chamou a atenção diante da sua previsão de investimentos, que gira em torno de R\$ 506 bilhões desde o período da sua criação até 2011. Ele se chama Programa de Aceleração do Crescimento ou mais comumente, PAC.

Ele revela-se como uma ação governamental planejada a partir de um conjunto articulado de medidas na área econômica que deverão ocorrer mediante investimento público e privado em áreas consideradas estratégicas. Está dividido em cinco blocos, e cada um abrange algumas metas importantes que devem ser atingidas no decorrer do programa. Destacamos o planejamento nas áreas de infra-estrutura de transporte (gargalo econômico), saneamento (variável da saúde) e habitação (cujo déficit é gritante). Temos ainda medidas para estimular o crédito e o financiamento; melhorias no marco regulatório; desonerações tributárias e por fim, medidas fiscais de longo.

No entanto, vários problemas são perceptíveis quando da efetivação do programa: a flagrante morosidade (lentidão) na execução das obras programadas; a falta de compromisso do governo para com o programa; a distância entre o planejamento e a execução; a ausência de fiscalização e cobrança por parte da população que se sente à margem do processo e portanto impotente, etc..

Observe-se que do planejado para execução até 2010 o governo concluiu apenas 11,3%. O próprio presidente Lula diz não estar satisfeito com o resultado, sem que isto o exima da responsabilidade.

.Como peça do planejamento plurianual do governo Lula, o PAC 1 se extingue com a eleição de um novo presidente. Diante disso já se fala no PAC 2, com previsão de execução entre 2011 e 2014 num montante orçado em R\$ 1,59 trilhão, em áreas de alta sensibilidade social, como moradia e saúde e outros tantos já constantes no PAC 1.

Diante do exposto fica a pergunta: O retorno do planejamento ao cenário nacional, via PAC, tão aplaudido quando lançado, em 2007, teve como objetivo maior ser palanque para a candidata do presidente à sua sucessora?

---

<sup>1</sup> netow\_joao@hotmail.com – Graduando em economia pela UFCG. Integrante do Pet-Economia e do GAACE.

**Sorria: É eleição no Brasil...**

*Eliane da Silva Gomes*<sup>1</sup>

Em mais um ano de eleições no Brasil, o povo tem o dever/obrigação de eleger “seus escolhidos” para que possam dar continuidade a “democracia representativa”. Ora, mais em um país como o Brasil, onde a maior parte da população é pouco instruída, principalmente no que se refere a política, não seria esse um fato alarmante na iminência de uma campanha eleitoral? A resposta pode ser simples diante de uma população influenciável, com cidadãos prontos para elevar o véu da fantasia.

No processo eleitoral 2010, viu-se de tudo, como já se tornou usual em campanhas no Brasil. Sentiu-se falta de respeito, de ética e de comprometimento político e social, a campanha deveria merecer mais a repulsa do que a adesão. Porque isso não acontece?

Será que ninguém é minimamente crítico, e elege candidatos ligados a partidos que tratam o palanque como palco de circo? Ao que se vê, não. Com 100% dos 30.289.723 votos paulistas apurados, o “abestado” como se denominou o humorista/palhaço cearense, nacionalmente conhecido como *Tiririca*, conquistou 1.353.820 eleitores em São Paulo, ou 6,35% do total do eleitorado. Ele foi o candidato a deputado federal mais votado do País (TRE - São Paulo). A população se dispôs a votar em um candidato que afirmou que sua proposta era resolver os problemas de sua família (onde fica a lei contra o nepotismo?). Sabe-se que a candidatura do referido palhaço foi uma estratégia partidária para eleger outros, supostamente inelegíveis em virtude do passado próximo manchado por corrupção e escândalos. Logo, a indicação de que o voto em Tiririca seria um voto de protesto carece de informação aos votantes. De fato é um voto manifestamente de anuência à corrupção. Os mais de 1 milhão de eleitores que votaram no referido candidato podem até entender que estavam protestando. Lendo engano, de fato estavam sendo massa de manobra da politicagem permitida nessa festa da “democracia”. Afinal, esse é o aperfeiçoamento da democracia em nosso país, ou do aperfeiçoamento da soberania popular, usando-se do direito a liberdade de voto, e por assim também o direito de escolha, sem que haja informação suficientemente clara para balizar as decisões?

E o que falar dos nossos “presidenciáveis”?

Vimos Dilma Rousseff (PT), dizer num discurso em Pernambuco que: “A palavra não é governar, a palavra é cuidar. Eu quero ganhar as eleições para cuidar do meu povo como uma mãe cuida de seu filho”. Seria muito bom que ficasse claro que o povo brasileiro não precisa de atenção materna ou paterna, isto é competência da esfera privada e não da esfera pública.

Marina Silva (PV), após sair do ministério do Meio Ambiente deixando um legado de desmatamento, foi para a campanha em busca de votos defendendo um discurso aliando o capitalismo supostamente conciliável com uma proposta ambientalista. Mais seria mesmo possível ambientalismo – a curto ou a longo prazo – quando os preceitos básicos do sistema capitalista que vigora é produzir de modo absoluto e ilimitado?

---

<sup>1</sup> elianegoms@gmail.com – Graduada em Economia pela UFCG. Integrante do Pet-Economia da UFCG e do GAACE.

Plínio Arruda (PSol), foi o candidato que entrou no pleito disposto a falar aquilo que era necessário que a população soubesse, resultado: foi tido como louco... revolucionário por demais. Na geração do *Ipod* o discurso com embasamento político marxista e retórica que remetia a URSS de 1920, soou como piada. O povo que acredita em "*Big Brother Brasil*" parecia desacreditar na história do "capitalismo malvado" do referido candidato.

José Serra (PSDB), o que alega ser mais experiente na gestão da máquina pública, carrega o peso da era FHC, o peso que amedronta e remete a era das privatizações. Esse é o lado ruim de ter passado, nem sempre vale a pena lembrar-se dele, já vociferava FHC "esqueçam o que escrevi...". Mas chegamos ao final do 1º turno, e agora precisamos decidir o 2º.

Marina conseguiu um número surpreendente de votos (19,5 milhões de eleitores/ 20% dos votos), levou a disputa para o segundo turno, e precisará decidir a quem apoiará. Dilma, a quem muitos se perguntam quem é? O que é Dilma? Por falta de informação talvez tenha lhe faltado votos, entretanto, continuará com o mais importante de todos os cabos eleitorais: o aplaudido e reverenciado Lula. E Serra? Ele está no segundo turno graças a Marina, suas esperanças já estão reacendidas, ele agora vai para o tudo ou nada.

A candidatura de Dilma que até agora sustenta-se na indicação de Lula, e no discurso da continuidade, da geração de 14 milhões de empregos de carteira assinada já conseguidos, na expansão do PIB acima de 7% em 2010 e os 30 milhões de brasileiros no mercado de consumo, terá que enfrentar o opositor José Serra que vai para "batalha" desejando conquistar os eleitores de Marina Silva, e que tem como trunfo a vitória já no 1º turno nos colégios eleitorais mais representativos (Minas Gerais, São Paulo e Paraná), além da trajetória como político no estado de São Paulo.

A largada já foi dada: até o dia 31 de outubro a corrida será para atrair o eleitor e conquistar seu voto. Quem conseguirá ser mais persuasivo?

### **A verdadeira face do "poder"**

*Wilkens Santos Carneiro<sup>1</sup>*

Que rumos tomarão a economia brasileira? Quais os caminhos que o país trilhará ao término das eleições deste ano? Que políticas internas e externas serão adotadas mediante as mudanças conjunturais? Essas e muitas outras perguntas estão sendo feitas. Porém, o que se percebe é uma corrida travada com todas as forças pelos dois grupos políticos mais fortes do país. Independente de seus princípios político-econômicos a busca pelo "poder" se torna prioridade em detrimento do desenvolvimento do país.

É senso comum achar que os políticos detêm o poder, confundindo-os com o próprio Estado. Porém os períodos pré-eleitorais se encarregam de desvendar um pouco para aqueles que estão atentos aos fatos e buscando entender a realidade de forma crítica que o poder não está nas mãos dos políticos, de fato eles estão nas mãos do poder. A metodologia que ensina buscar a verdade por trás da aparência instiga ao questionamento: quem financia a campanha desses políticos?

---

<sup>1</sup> wilkens\_sc@hotmail.com - Estudante de graduação em Ciências Econômicas da UFCG. Integrante do Grupo PET-Economia.

Uma suposta resposta poderia ser: a atual classe dominante mundial, os banqueiros. Aqueles que nessa fase do capitalismo, já não são apenas banqueiros, se amalgamaram de tal forma que se confundem com capitalistas industriais, seja do ramo do entretenimento, seja do ramo das indústrias de bens e consumo, seja das indústrias de máquinas e equipamentos; e comerciais, seja do atacado ou do varejo. Se bem que esses, em sua história, já fizeram o caminho inverso, pois muitos dos banqueiros de hoje foram os grandes capitalistas de ontem, ou melhor, como já foi dito, ainda são. Mas em que isso se reflete após as eleições?

Após as eleições os políticos que conseguem se eleger ficam presos aos "favores" adquiridos junto a essa classe. E eles podem pagar esses favores de várias formas, menos com o dinheiro deles. Essas formas vão desde incentivos fiscais concedidos às empresas até pagamento de juros, do dinheiro adquirido para financiar sua eleição, aos bancos, utilizando-se dos cofres públicos, ou seja, do nosso bolso.

O fato é que o poder que muitos desses políticos almejam na verdade não é realmente poder. O fato é que eles acabam sendo fantoches também nas mãos de grandes corporações e banqueiros que financiam sua "vida pública". Essa troca de favores, conhecida como "politicagem" nos mais sujos esgotos deste ramo, tem característica intrínseca à política no sistema econômico atual, através da democracia representativa, cuja essência de fato se afasta da representação do cidadão e se funde a representação da classe dominante, contribuindo portanto para a manutenção do "*status quo*".

É importante percebermos isso, e extinguir de vez aquela velha crença de que os políticos são os que realmente detêm o poder de um país nesse sistema. Dessa forma, infelizmente, como se desenha na maioria dos países subdesenvolvidos, principalmente no nosso continente, aqueles que se aliam a essas classes vêm se perpetuando no poder. E apesar de nos vangloriamos muitas vezes dos importantes passos que demos rumo à democracia, temos que fazer a triste afirmação, de que o dinheiro continua ganhando eleição.

Por isso, independente destes estarem se vendendo, devemos ter a consciência que somos nós quem pagamos a conta, e perdemos por vários lados. Seja na falta de políticas públicas, seja no uso da receita proveniente da arrecadação de impostos para pagar juros. Até quando vamos entoar nossas vozes em prol do sucesso daqueles que nos oprimem? Até quando vamos fazer do discurso deles o nosso discurso? Não sejamos fantoches dos fantoches. Pelo menos na hora de escolher os nossos candidatos.

### Que classe Média é essa?

*Márcia de Lima Pereira<sup>1</sup>*

Nos últimos meses tem-se evidenciado uma melhoria no poder aquisitivo das famílias brasileiras, como fruto de políticas econômicas distributivas, diminuindo a margem de miseráveis e ampliação da chamada Classe Média. Entretanto quando de falarmos em classes sociais, não existe um consenso entre as informações divulgadas sobre tal classificação. Nessa perspectiva, em uma de minhas leituras identifiquei uma frase que parece se enquadrar bem nessa questão, onde se dizia o seguinte:

<sup>1</sup> marcialpbr@yahoo.com.br - Professora da Unidade Acadêmica de Economia – UAECOM da UFCG e integrante do GACE.

“Definir classe média é como definir um elefante, se você nunca viu um fica difícil visualizá-lo” (FGV, “A nova classe média”).

Nesta perspectiva, Tomas Friedman em seu livro “O Mundo é Plano” define classe média não apenas pelo nível de vida ou de renda presente mas também pelas expectativas populacionais de se alcançar uma melhor posição no futuro. Outra forma ainda de se classificar a sociedade na dita classe média é efetuada pelo Levantamento Sócio-Econômico realizado anualmente pelo IBOPE média, através do chamado Critério Brasil, o qual determina estas classes com base no acesso a bens de consumo e o número de bens duráveis, banheiro e empregada doméstica.

Adicionalmente, a Fundação Getúlio Vargas, através do Centro de Políticas sociais, segmenta a sociedade em classe com metodologia próxima a esta ultima, embora segundo apontam em suas pesquisas, não tem como objetivo definir fronteiras de classes e sim avaliar o potencial de consumo das pessoas em cada classe.

Nesta perspectiva, com base nos dados da PNAD divulgados recentemente, a FGV lançou estudo, cujo título não poderia ser melhor “A nova classe média: o lado brilhante dos pobres”. Nesta, os dados apontam que um milhão de brasileiros saíram da linha de pobreza e cerca de três milhões ascenderam a chamada classe média só no ano de 2009. Confrontando dados das PNADs referentes aos anos de 2008 e 2009, verifica-se que neste primeiro a parcela de brasileiros que integram a classe média cresceu de 49,2% da população para 50,5% no ano passado, o que corresponde a uma população total de cerca 94,9 milhões de pessoas na classe média.

Ainda com relação a esta pesquisa, tem-se que cerca de 29 milhões de pessoas entraram na classe C, no período de 2003-2009, correspondendo a uma variação de 34,3%, a chamada classe B aumentou 38,5% e a classe A cresceu 40,9 neste período.

Tais classes sociais são divididas conforme levantamento da FGV de acordo com a renda familiar mensal da seguinte maneira: famílias quem ganha até R\$ 705 são inseridas na classe E, entre R\$ 706,00 a R\$ 1.125,00, classe D; De R\$ 1.126 a R\$ 4.854 enquadrados na Classe C, de R\$ 4.855 a R\$ 6.329, classe B e a partir de R\$ 6.330 na chamada classe A.

O fato é que a classe C ou como se prefere no meio político “classe média” encontra-se num horizonte muito alargado de renda, o que denota hoje uma representatividade de mais de 50% da população do país. A difusão de tais estatísticas são importantes em anos eleitorais porque atingem fundamentalmente àqueles mediante seu contingente podem decidir sozinhos uma eleição e passam a constituir a maior classe consumidora do país. Ou seja, a investigação e difusão de estatísticas dessa natureza pela PNAD e outras pesquisas relacionadas tem como interesse essencialmente definir os padrões de consumo para o mercado e características para atender discursos eleitoreiros, uma vez que verifica-se uma desigualdade um pouco menor na sociedade brasileira, enfatizada de sobremaneira mediante o fato de que, conforme estatísticas, em 2009 a renda média da população (cresceu 2,04% e para a classe C mais de 7%), o que demonstra que essa cresceu acima do PIB, que decresceu 0,2% no mesmo período.

Assim, tal segmentação da sociedade em classes leva-nos a crer que não passam de rótulos de uma estatística focalizada cada vez menos na renda detida pelas famílias e mais no seu poder de compra que está fortemente atrelado a expansão do crédito nos últimos anos fato este comprovado pela publicação recente do IPEA acerca das expectativas das famílias brasileiras onde verifica-se que cerca de 54% das famílias do país tem dívidas. Deve-se ressaltar ainda que esse meio termo que representa a classe C no que se refere a parâmetros de mensuração em termos de acesso a bens é bem

precário, pois só 21% dos domicílios urbanos têm conjuntamente luz, telefone fixo, internet, geladeira, TV colorida e lavadora. (Folha de São Paulo).

Pode-se ainda relacionar o acesso a bens/serviço ao fato de que, considerando a população brasileira de um modo geral, embora o consumo tenha avançado, investimentos e educação ficaram estagnados, para se ter um exemplo, a PNAD 2009 revela que cerca de 72% dos domicílios tem DVD, o que representa um percentual maior do que aqueles que possuem rede de esgoto, e certamente essas estatísticas não estão relacionadas àquelas famílias enquadradas nas classes A e B, sobretudo nesta primeira.

Por fim, cabe refletir que esta nova classe média parece muito diferente daquela que ouvi falar e que vivenciou os anos 60 e 70, caracterizada pelos empregos com bons salários e que permitiam o acesso a maior gama de bens de consumo, educação pública de qualidade. Atualmente o que se verifica é uma mudança acentuada na própria estrutura da sociedade brasileira, onde o tamanho das famílias foi achatado, a estrutura educacional mudou, o mercado de trabalho passou a se caracterizar por maior grau de precarização e o mercado do crédito se expandiu, o que dá a sensação de progresso a população dado que a atual condição permite que se compre bens de classe média sem necessariamente esta inserido nesta.

### CHINA E SUAS DUAS VERTENTES: ECONÔMICAS E SOCIAIS

*Rita de Cássia de Vasconcelos Pedrosa <sup>1</sup>*

Nas últimas duas décadas, os países emergentes viram sua participação no comércio internacional se ampliar consideravelmente, nesse contexto a economia chinesa tem se destacado frente às demais economias mundiais, no que tange às elevadas taxas de crescimento do PIB verificadas nos últimos anos em torno de 10% ao ano. A rápida evolução da economia chinesa é objeto de admiração e inveja por parte dos países emergentes, e é motivo de preocupação real e ideológica por parte dos países desenvolvidos (centro do capitalismo financeiro).

Governado por um Partido Comunista e inserida na lógica capitalista, a China é considerada atualmente a principal potência econômica e comercial do planeta, sendo a segunda maior economia mundial com uma soma de exportações e importações superior à da Alemanha e à dos Estados Unidos. Além de possuir o maior volume de reservas internacionais do mundo, de US\$ 2,27 trilhões, ela ainda é detentora do maior volume de títulos do Tesouro americano, posição ocupada pelo Japão em 2008.

A China é o maior centro fabril e um dos grandes investidores globais, a exemplo do Brasil, no recentemente investimento chinês de US\$ 3 bilhões no campo do Petróleo. O mundo sentiu e sente o impacto da China em suas economias, seja como um fornecedor de baixo custo, ou de forma mais ameaçadora, como um concorrente formidável em virtude estrategicamente do seu câmbio desvalorizado. É difícil encontrar alguém que nunca tenha comprado um produto que tenha a etiqueta de *made in china*. Isso mostra como este país tem conseguido se inserir nas economias mundiais de maneira cada vez mais forte.

---

<sup>1</sup> rita.economia@gmail.com – Graduanda em Economia pela UFCG. Integrante do Pet-Economia e do GAACE.

Contudo, o modelo atual de crescimento econômico chinês e sua elevada inserção nos mercados internacionais tem se mantido com base em condições sociais não tão favoráveis para a maior parte da população existente. Sua contradição econômica e social pode ser analisada sob a ótica de seu modelo de crescimento. Na qual, de um lado, encontra-se uma China que o mundo observa atento seus passos como potência mundial e que apresenta altos indicadores econômicos, do outro lado, têm-se uma China que ainda apresenta graves problemas internos que comprometem a qualidade de vida da sua população. A má distribuição de renda é o principal motivo para o fato de grande parte dos chineses não ter acesso aos benefícios trazidos pelo crescimento do país.

Além do mais, outras questões ajudam a piorar a esfera social da China, como: todos os trabalhadores se submetem a exploração cruel de suas forças de trabalho, são baixos os custos da mão-de-obra abundante que acaba promovendo a inserção das multinacionais, têm-se restrições de legislação trabalhista, o controle excessivo do governo, as disparidades regionais em relação aos IDH das províncias mais desenvolvidas do que outras, como o caso é o caso de Xangai e Tibete e uma degradação ambiental elevada que lhe rendeu o posto do maior poluidor mundial per capita.

Desse modo, o crescimento econômico chinês observado, na verdade está atrelado a uma crescente desigualdade econômica e social que é o estopim da instabilidade do país. Pois a questão social fica totalmente a desejar, uma vez que, a maior parte dos chineses ainda vive em condições que não condiz com a realidade notória do seu ávido crescimento. Seus índices de baixos indicadores sociais, agregado a lógica de mercado chinês, fez com que ao China tivesse robustos resultados econômico nos últimos anos em detrimento à miséria da maioria de sua população.

### **Desindustrialização: Existe ou não esse processo no Brasil?**

**Eliane da Silva Gomes <sup>1</sup>**

Uma das questões que tem se tornado instigante no que concerne ao debate da conjuntura econômica brasileira é a redução da participação da indústria na economia. E muitos economistas e pesquisadores têm argumentado sobre o tema, tanto pela ausência como pela existência do processo de desindustrialização.

Sabendo-se que a evolução desse setor é chave para determinar o desempenho de toda economia, atuando como uma espécie de locomotiva do crescimento é fácil entender a importância desse debate.

A suposta desindustrialização estaria sendo causada pela valorização do câmbio, como também pela própria ameaça ao setor industrial brasileiro com o avanço da China nos mercados globais de manufaturas.

---

<sup>1</sup> elianegoms@gmail.com – Graduada em Economia pela UFCG. Integrante do Pet-Economia da UFCG e do GAACE (Grupo de Acompanhamento e Avaliação de Conjuntura Econômica).

Essa discussão acerca do processo (ou não) de desindustrialização no Brasil não é simples. Dados indicam que passamos por um processo de desindustrialização nos anos 80 e início dos anos 90, mas que ele se tornou mais brando ou mesmo nulo a partir de então. É sabido que a produção industrial no Brasil apresentou resultados satisfatórios em fases de recuperação da atividade econômica, como por exemplo, a fase vivida após os efeitos da crise. Por conta disso, há em um lado oposto a esse debate, os que não acreditam em “ameaças” relevantes para o setor industrial brasileiro.

Se olharmos o processo histórico do setor industrial no Brasil, os dados a longo prazo indicam que a produção da Indústria de Transformação no PIB brasileiro que era de 20% em 1947 atingiu um pico de 36%. Entretanto, com várias oscilações, caiu ao longo dos anos, ficando em torno de 16% do PIB em 2008. Esses indícios indicam uma perda da participação da indústria.

Em outro estudo, feito pelo Doutor em Economia Regis Bonelli (2005), é mostrado a passagem inequívoca da desindustrialização nos anos de 1980 /1990, quando a participação da indústria no PIB a custo de fatores teria se reduzido de 42,3% em 1985 para apenas 31,4% em 1995, o que demonstra uma queda de cerca de 11% com relação ao PIB em 10 anos. Essa queda foi resultado da diminuição da participação da indústria de transformação, que teve sua participação no PIB a custo de fatores reduzida de 31,62% em 1985 para 20,60% em 1995, isso resultado das mudanças pelas quais a economia brasileira passou, desde 1980 à 1990, a saber: aumento da competição interna e externa (causado pela abertura comercial e financeira), privatizações em diversos segmentos industriais, e sobre-valorização da taxa de câmbio no período de 1995-1998.

Entretanto, uma análise feita com base na PNAD, a respeito do emprego na Indústria de Transformação, mostra outro resultado. Essa pesquisa mostra um aumento relativo do emprego industrial, um percentual que passa de 12,8% em 1992 (ano de recessão) para 14,4% em 2008. Segundo o IBGE o emprego industrial reportado pelas empresas cresceu de 7,44% em 1996, para 8,35% em 2008.

Já em relação aos investimentos no setor industrial também não há evidências de desindustrialização, no período mais recente. Percebeu-se um aumento de 14,4% para 18,5%, entre os anos de 1996 e 2008, isso no tocante aos investimentos na Indústria de Transformação na formação bruta de capital fixo total.

Avaliando o momento atual do setor industrial brasileiro, é necessário que se observe os aspectos mais recentes, tanto da produção como da competitividade industrial. E nessa perspectiva é importante que se avalie os períodos mais recentes, quando viu-se a pujança da China no comércio internacional de manufaturas, o que pode (ou não) ter se refletido no desempenho da indústria brasileira.

Com déficits externos em alta e com a valorização do câmbio, é natural que haja impacto da moeda forte no setor da indústria, já que com a valorização do câmbio o financiamento internacional do excesso de consumo e investimento é possível. Dados ainda apontam que após 2009 (ano de maior impacto da crise), o comércio exterior de manufaturas do Brasil não voltou ao mesmo patamar.

Analisando-se os dados até 2008, pesquisadores e economistas não acreditam que os mesmos dados corroborem para decretar que o Brasil sofre de desindustrialização. Assegurar a existência desse processo ainda parece ser prematuro, no entanto, a necessidade de começar a examinar esse problema de forma mais rigorosa já está sendo sentida de maneira patente.